



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 (NOVE) DO MÊS DE SETEMBRO DE 2021 - DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, POR VIDEOCONFERÊNCIA.

Às 15:00 hs, conforme convocação do Presidente, Rodolpho Perissé, enviada por correio eletrônico no dia 08/09/2021, os conselheiros se reuniram, por videoconferência, após pequenos problemas técnicos com a plataforma e tendo sido verificado quórum de onze (11) conselheiros, conforme constam da folha de presença, na data e local acima indicado, foi iniciada a reunião às 15:15 para aprovar a ata da reunião anterior e debater as pautas do dia: **1) Apresentação do saldo atual e do extrato do FMMA até agosto de 2021; 2) Deliberação sobre fazer a revisão do PAA aprovado, em face do risco de a Lei Orgânica ser alterada, diminuindo o percentual de repasse dos royalties ao FMMA; 3) Apreciação da proposta de PPA para SEAPUR e FMMA, elaborada pela SEAPUR; 4) Deliberação sobre visita física aos locais de criação da UCs de Tucuns, para melhor avaliação da proposta; 5) Deliberação sobre alterar a frequência das reuniões ordinárias do CMMA, alterando para duas a cada mês; 6) Posicionamento da SEAPUR acerca do pedido de verba para material de escritório e custeio da manutenção do site; 7) Deliberação sobre contratação de serviços de vídeo conferência; 8) Assuntos gerais.**

O presidente iniciou a reunião; relatou que ata anterior ainda não estava disponível para aprovação o que seria feito em outro momento, e abriu o debate para a primeira pauta do dia **1) Apresentação do saldo atual e do extrato do FMMA até agosto de 2021** - O conselheiro Evanildo Nascimento informou que as 03 contas ligadas ao FMMA estavam com os seguintes saldos: Conta corrente nº 006-00000042-9 com o valor de R\$ 522.951,81 (quinhentos e vinte dois mil, quinhentos e noventa um reais e oitenta um centavos); a Conta corrente nº 006-00071001-9 com o valor de R\$ 13.813.096,34 (treze milhões, oitocentos e treze mil, noventa seis reais e trinta quatro centavos) e a Conta corrente nº 006-00000036-4 (para receber taxas de Medidas compensatórias) com o valor de R\$ 13.314,42 (treze mil, trezentos e quatorze reais e quarenta dois centavos. Sendo o saldo total de R\$ 14.349.362,54 (quatorze milhões, trezentos e quarenta nove mil, trezentos e sessenta dois reais e cinquenta quatro centavos). A conselheira Mônica Casarin questionou que a apresentação deveria ser do balancete e relatório mensal da Comissão Gestora, o que havia sido combinado na reunião anterior. O Presidente alegou que como não teve acesso à ata da reunião de 19 de agosto não incluiu esses em pauta, portanto mantem-se a apresentação somente do saldo e extratos da conta do FMMA. Como o extrato da conta não estava disponível, decidiu que seria enviado aos conselheiros mais tarde. O senhor Arildo Mendes, representante da Comissão Gestora pela Seapur informou que, devido ao grande acúmulo de trabalho e imprevistos na secretaria, não havia conseguido prepara a apresentação combinada na última reunião, mas que na próxima traria as informações pedidas. A conselheira Denise Morand pediu, novamente, que é necessário rever o Regimento Interno do FMMA sobre a questão do representante do Legislativo na Comissão Gestora do Fundo. A conselheira Mônica pediu que esses relatórios de atividade e financeiro do FMMA sejam apresentados pela da Comissão Gestora na próxima reunião, pois os conselheiros precisam saber se os repasses ao FMMA estão sendo feito corretamente e também o andamento dos processos administrativos dos projetos aprovados. Passou-se para o próximo item da pauta: **2) Deliberação sobre fazer a revisão do PAA aprovado, em face do risco de a Lei Orgânica ser alterada, diminuindo o percentual de repasse dos royalties ao FMMA** - O Presidente explicou a necessidade de debater uma solução para o anúncio de que o Executivo vai enviar um projeto de lei de emenda à Lei Orgânica Municipal para reduzir o percentual de 5% para 2% dos recursos dos royalties municipais destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, já que tal proposta afetaria os projetos ambientais aprovados no Plano de Ação Anual (PAA) da Seapur. O conselheiro Thomas Weber pediu a palavra para dizer que obviamente esse projeto ainda não foi aprovado, mas que pelas experiências anteriores sabemos que é melhor já nos prevenir, que caso a redução seja aprovada será necessário excluir alguns projetos, não prioritários, que foram aprovados no PAA. O conselheiro Romero Medeiros lembrou que o conselho deve ficar atento pois o TAC dor recursos dos royalties



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

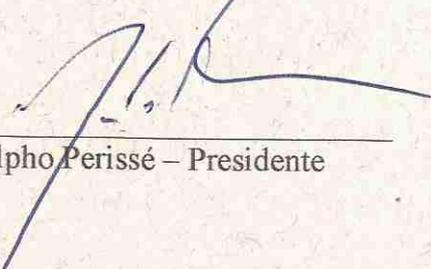
firmado entre Executivo e MPE é uma peça jurídica ainda válida e que não pode ser ignorado. A conselheira Mônica Casarin disse que o mais importante é que o CMMA defenda fortemente a manutenção dos 5% dos recursos para o Fundo, mas caso a batalha seja perdida será necessário sim rever os investimentos aprovados no PAA, já que a na sua aprovação os conselheiros contavam com esse mesmo percentual de recursos para, nos próximos anos, elaborar e implantar outros projetos na área de saneamento básico que são, há muito, defendidos como prioridade pelo CMMA; e que perdendo mais da metade desses recursos isso não seria mais possível. A conselheira Denise Morand concordou com Thomas e disse não entender a necessidade de retirar recursos do Fundo, já que o Executivo ainda tem sob sua tutela 94% das verbas dos royalties para destinar aos outros fundos municipais. O conselheiro Evanildo Nascimento disse que a equipe da Seapur trabalha muito para conquistar coisas boas para a cidade, que seus técnicos se dedicaram intensamente nos últimos meses para preparar os projetos e mexer no PAA seria um grande retrocesso. Falou que a boa posição da cidade em relação ao ICMS ecológico demonstra a preocupação ambiental do governo e que o PAA foi aprovado em março deste ano e deveria ser mantido. Que ele é favorável aos 5% dos royalties, porque afeta sua pasta, e que já teve uma conversa com o Prefeito. O conselheiro Augusto Pascoal lembrou que no PAA foram aprovados 16 projetos e que muitos deles ainda não foram iniciados e que, em breve, o PAA para 2022 terá que ser votado novamente; e perguntou ao secretário quais dos projetos/ações atuais seriam realizados ainda este ano. Evanildo Nascimento respondeu que os projetos aprovados não eram apenas para executar em 2021 e que temos que levar em consideração que este ano foi complicado administrativamente pois o CNPJ do Fundo teve que ser regularizado na Receita Federal, o que não havia sido feito no ano anterior, e houve mudança de titularidade. O conselheiro Romero Medeiros pediu a palavra para lembrar que para se aprovar projetos tem que ter recursos disponíveis e que a incerteza quanto ao que teremos prejudica o planejamento de investimentos futuros. O Presidente sugeriu que fosse montada uma comissão que irá falar com o Prefeito e os vereadores sobre a manutenção dos 5%, o que foi aprovado por unanimidade. Ficou-se então de oficializar o executivo e legislativo sobre o pedido de reunião. Passou-se então para o item

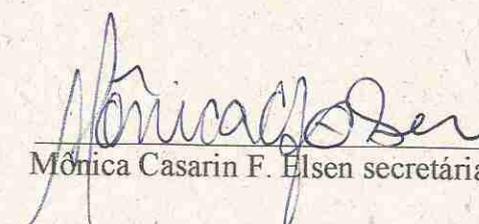
3) Apreciação da proposta de PPA para SEAPUR e FMMA, elaborada pela SEAPUR - A conselheira Mônica Casarin pediu a palavra para informar que ainda não havia sido enviado ao CMMA as propostas orçamentárias da LDO e da LOA, e perguntar se todos os conselheiros haviam analisado a planilha de proposta orçamentária do FMMA no Plano Pluri Anual (PPA), tendo como resposta a negativa dos conselheiros presentes. A conselheira então disse que em uma análise preliminar surgiu algumas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas como porquê todos os programas previstos para receber dotação estão definidos como “0001 - Modernização da Administração Pública”, e não existe previsão para dotação em programas como: “0030 - Gestão Ambiental”, 0154 – Saneamento Ambiental”, “0151 - Educação Ambiental”, entre outros, que seriam áreas de maior interesse para uso dos recursos do FMMA. Questionou o que significa a ação (programa de trabalho) “Desenvolvimento de Estudos para Programas de Políticas Públicas Ambientais” que receberia cerca de 6 milhões por ano. Questionou ainda como se poderia ter uma previsão de gastos de cerca de 14 milhões por ano, até 2025, se os recursos do Fundo correm o risco de serem cortados. O conselheiro Eduardo Rodrigues informou que recebeu essa planilha da Procuradoria para apenas indicar as demandas da Seapur e que os programas já vieram pré-definidos. O conselheiro Evanildo Nascimento explicou que a ação/programa de trabalho “Desenvolvimento de Estudos para Programas de Políticas Públicas Ambientais” era para cobrir a necessidade de possíveis estudos a serem desenvolvidos com o objetivo de elaborar e implantar os projetos da pasta, dando como exemplo a necessidade de contratar uma empresa para fazer um estudo das características da Lagoa de Geribá, antes de implantar seu projeto de urbanização. Mônica Casarin argumentou que esses estudos deveriam ser previstos já nos projetos que são aprovados, não seria necessário criar ações separadas para isso. Evanildo argumentou que, a vezes, é necessário fazer estudos de urgência, não previstos. Mônica Casarin contra-argumentou que metade do orçamento do FMMA somente para essas eventuais urgências seria um excesso. O Conselheiro Rodolpho Perissé concordou e



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

argumentou que a ação é demasiadamente ampla e que seria mais prudente detalhar um pouco mais o que seria a ação. O conselheiro Romero Medeiros disse que o PPA é o planejamento a médio prazo dos programas/ações, projetos e atividades para um período de 04 anos, portanto teria que incluir outras propostas. O Conselheiro Thomas Weber disse que a elaboração das propostas orçamentárias é um trabalho técnico e que o CMMA deveria ter o apoio de um especialista para debater a questão. Mônica Casarin propôs então a formação de uma Comissão reavaliar a proposta do PPA para o Fundo Municipal de Meio Ambiente. Proposta aprovada, a comissão foi formada pelos conselheiros Mônica Casarin e Denise Morand, que irá apresentar sua proposta na próxima reunião. Passou-se então para o item **4) Deliberação sobre visita física aos locais de criação da UCs de Tucuns, para melhor avaliação da proposta** - O Presidente lembrou que o secretário Evanildo Nascimento havia convidado os conselheiros para visitar a área onde será implantada a APA das Águas de Tucuns e propôs a que o secretário marcasse uma data. Evanildo Nascimento concordou e irá preparar a visita. Passou-se então para o item **5) Deliberação sobre alterar a frequência das reuniões ordinárias do CMMA, alterando para duas a cada mês** - O Presidente explicou que as pautas das reuniões do Conselho estão ficando muito extensas para se manter reuniões mensais e propôs que elas passem a ser quinzenais. Sugestão aprovada por unanimidade, ficando a próxima reunião marcada para o dia 23 de setembro. Passou-se então para o item **6) Posicionamento da SEAPUR acerca do pedido de verba para material de escritório e custeio da manutenção do site e 7) Deliberação sobre contratação de serviços de vídeo conferência** - O Presidente lembrou que o CMMA enviou ofício à Seapur solicitando a renovação de licença de domínio do sitio do Conselho Municipal de Meio Ambiente, da compra de licença de uso de uma plataforma de vídeo conferência para hospedar as reuniões do CMMA e a compra de material de escritório para a impressão de documentos e que ainda não haviam sido liberadas. O secretário Evanildo Nascimento perguntou qual seria os custos dessas ações, foi informado que seria de cerca de R\$ 1.000,00, então disse que será possível uma verba da pasta de Urbanismo, porém para todos as compras são necessárias notas fiscais em nome da Prefeitura. Ficou decidido então que os dados serão repassados para a conselheira Denise Morand que irá cuidar do andamento dessas comprar dentro da Seapur. Finalizada as discussões de pauta passou-se para os **8) Assuntos gerais** - A conselheira Mônica Casarin pediu a palavra para solicitar à Seapur a publicação no B.O. das atas e relatórios produzidos pelo CMMA, a publicação no B.O. da correção dos membros do CMMA: troca na secretaria de Turismo e inversão na AHB, e o envio para o CMMA da notificação do INEA sobre o TAC do MPE com o Brezes. A senhora Elena Olivares, da assistência, pediu a palavra para informar que o especialista em osteomontagem de cetáceos, Antônio Carlos Amâncio, estará visitando Búzios nas próximas semanas e perguntar se o CMMA e a Seapur teriam interesse em uma reunião com ele sobre o destino das duas ossadas de baleia que temos enterradas em nossas praias, tendo sido a sugestão aprovada. O conselheiro Rodolpho Perissé informou que também foi procurado por um outro biólogo que demonstrou interesse no assunto, e que ficou de preparar um projeto para ser apresentado ao Conselho. O secretário Evanildo Nascimento pediu a palavra para convidar os conselheiros a participarem e divulgarem o evento "Diálogos Sustentáveis" que vai acontecer na cidade, no dia 28 de setembro, com a participação de todos os municípios da Baixada Litorânea e tem o objetivo de debater melhoras na lei do ICMS ecológico. Nada mais a ser tratado, a reunião deu-se por encerrada às 18:05 hs, da qual foi lavrada presente ata por Mônica Casarin Fernandes Elsen, e que vai assinada por mim e pelo presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente.


Rodolpho Perissé – Presidente


Mônica Casarin F. Elsen secretária Ad hoc